

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242JB-035-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	14

Apresentação

O ano de 2023 foi um grande marco do Vale do Anhangabaú. Completou-se o segundo ano de operação no local sob a concessão do VIVA O VALE, após o término do período de transição.

Foram realizados importantes entregas para o público, através das inúmeras atividades de interesse coletivo, da promoção de melhorias na infra-estrutura da área, somado com progressos marcantes na administração, conservação, manutenção e vigilância do local. Ademais, foi um período de notáveis avanços na relação da concessionária com a comunidade do entorno e com o poder público.

Resultado de todo esse trabalho é a melhora de percepção do Vale do Anhangabaú, traduzido no aumento da frequência e assiduidade do público nas atividades locais, no aumento da demanda dos produtores e artistas em realizar eventos de pequeno, médio e grande porte nesta *venue*, no crescente interesse de organizações privadas em associarem suas marcas às entregas do VIVA O VALE e o elevado número de inserções e publicações positivas na imprensa.

Importante destacar que, além dos desafios inerentes de uma operação em seu segundo ano, houve alguns contratemplos que exigiram ações e iniciativas que não estavam no planejamento original:

- Postergação para 2023 da inauguração da fonte de águas, com impacto na atratividade comercial do local.
- Elevada incidência de furtos de materiais e itens da infra-estrutura local impactou os custos de reposição e trouxe a necessidade de adequações para evitar a recorrência dessas ocorrências;
- Longo período para aprovação do projeto de comunicação junto CPPU, impactando nas negociações de patrocínio e ativações de marca no local;

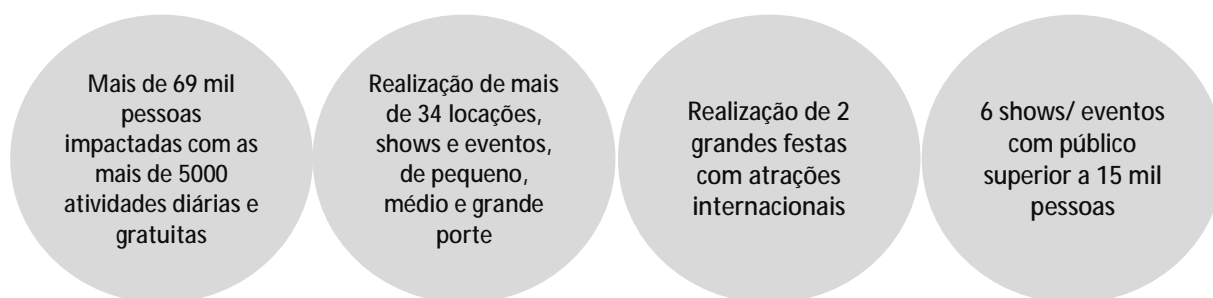
Em suma, é possível afirmar que o projeto saiu do papel e está em fase acelerada de maturação, com as conquistas e os aprendizados desse primeiro ano de operação em consonância com o planejamento e a clareza dos desafios para construir o futuro.

A concessionária continua firme na crença de que o Vale do Anhangabaú é um projeto economicamente viável e no poder de transformação que esse aparelho pode ter na cidade de São Paulo, aumentando significativamente a oferta de lazer através da ocupação de um ambiente renovado, central e seguro.

Shows, eventos e atividades diárias

Em 2023 o Vale contou com uma extensa programação de atividades diárias e realização de shows e eventos. O Vale do Anhangabaú é uma *venue* de referência da cidade de São Paulo para realização de shows e eventos de diferentes dimensões e tipos de públicos.

A ativação sociocultural do Vale e a entrega para o público pode ser traduzida em alguns números de 2023:



Operação e Infra-estrutura

Por se tratar de uma *venue outdoor* e de livre circulação, o segundo ano de operação do Viva o Vale foi marcado por grandes desafios e importantes entregas das áreas de operações, engenharia e infraestrutura da concessionária.

Foram realizados projetos e ações para garantir de forma permanente as condições adequadas na experiência dos usuários da área, desde a segurança, a limpeza, adequações e melhorias do local.

Algumas das entregas realizadas ao longo de 2023:

1. Superdânios: Construção de 3 estruturas (guarita de vigilância patrimonial);
2. Melhoria dos Quiosques (1, 3, 6 8 e 9): Implementação de Toldos em acrílico nas áreas abertas dos Decks;
3. Melhorias nas Lixeiras – Adequação de 90 lixeiras com sistema antifurto;
4. Áreas Verdes: Plantio de cercas vivas em todas as áreas verdes (exceto Praça Ramos);
5. Fonte dos Desejos: Recuperação do quadro elétrico;
6. Manual de Uso do Vale: Elaboração do Plano de Uso e Ocupação do Vale em Eventos Comercial;
7. Banheiro de Alvenaria: Construção/Demolição dos Banheiros com sistema antifurto;
8. Retirada dos Bancos da São Joao: Possibilidade de acomodação dos grandes Festivais.

Comunidade

Além da equipe de operações, de apoio e de programação, o VIVA O VALE ainda conta com uma equipe de assistentes sociais para o suporte a pessoas em situação de vulnerabilidade do entorno. Além do acompanhamento direto junto a essa população, o Viva o Vale possui uma parceria com a rede de proteção social para o acolhimento.

Adicionalmente, a equipe de sustentabilidade do VIVA O VALE implantou o “Bom Vizinho”, que é um canal de comunicação junto à comunidade do entorno. Através dele se garante uma troca efetiva de informações e o diálogo permanente entre a concessionária e os moradores da região.

Composição da Administração

Última eleição com ato registrado na Junta Comercial de São Paulo prevê a seguinte composição:

Membros da Diretoria	Função
Renato Muscari Lobo	Diretor Presidente
Claudio Vinicius Coutinho Macedo	Diretor Sem Designação Específica

Em 31 de janeiro de 2024, lavrada Procuração Pública por meio da qual foram outorgados poderes aos Srs. Marcelo Santos Frazão e Marco Aurélio Benito Juarez Gimenes Siqueira para assinarem pela empresa, sempre em conjunto com o Diretor Renato Muscari Lobo, com validade de 01 (um) ano.

A partir de 01 de fevereiro de 2024, empresa passa a ser representada por Renato Muscari Lobo em conjunto com Marcelo Santos Frazão, estando o ato societário competente em trâmites de assinaturas e registro.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viva o Vale Concessionária SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Viva o Vale Concessionária SPE S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viva o Vale Concessionária SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que indica que as referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade. Conforme apresentados na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade incorreu em prejuízo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 12.159 mil, patrimônio líquido negativo R\$ 11.495 mil e capital circulante líquido negativo em R\$ 7.539, esses resultados, juntamente com outros assuntos mencionados na citada nota explicativa, ainda indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	944	3	Fornecedores	9	6.166	679
Contas a receber	5	145	239	Obrigações trabalhistas e sociais	10	210	179
Adiantamentos fornecedores e outros	-	5	147	Obrigações fiscais	11	286	254
Créditos Fiscais	6	1.355	752	Adiantamento de clientes	12	3.037	497
Outros ativos	-	96	25	Arrendamentos	13	78	41
				Outros passivos	14	307	172
Total do ativo circulante		2.545	1.166	Total do passivo circulante		10.084	1.822
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contratos de Mútuos	7	-	84	Contratos de mútuos	7	9.813	9.126
Imobilizado	8.a	593	348	Arrendamentos	13	21	126
Intangível	8.b	5.505	6.167	Outros passivos	14	145	171
				Provisão para demandas judiciais	15	75	70
Total do ativo não circulante		6.098	6.599	Total do passivo não circulante		10.054	9.493
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.a	1.000	1.000
				Adiantamento Futuro Aumento de Capital	16.b	10.484	6.270
				Prejuízos acumulados		(22.979)	(10.820)
				Total do patrimônio líquido		(11.495)	(3.550)
Total do ativo		8.643	7.765	Total do passivo e patrimônio líquido		8.643	7.765

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	17	6.946	3.623
Custos operacionais	18	(15.501)	(12.021)
Resultado bruto		(8.555)	(8.398)
(Despesas) / receitas operacionais			
Administrativas	19	(1.326)	(510)
Comerciais	20	(1.562)	(835)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas		(285)	(193)
		(3.173)	(1.538)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(11.728)	(9.936)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	-	7	-
Despesas financeiras	-	(438)	(135)
		(431)	(135)
Prejuízo do exercício		(12.159)	(10.071)

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(12.159)	(10.071)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(12.159)</u>	<u>(10.071)</u>
Resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	(12.159)	(10.071)

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Capital integralizado</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>(Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	-	(749)	251
Resultado do exercício	-	-	(10.071)	(10.071)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.270	-	6.270
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	6.270	(10.820)	(3.550)
Resultado do exercício	-	-	(12.159)	(12.159)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.214	-	4.214
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.000</u>	<u>10.484</u>	<u>(22.979)</u>	<u>(11.495)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício findo referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.159)	(10.071)
Ajustes por:		
Depreciações/amortizações	810	758
Constituição/(reversão) de provisões contábeis	559	206
Juros transcorrer - direito de uso	15	18
Resultado após ajustes	(10.775)	(9.089)
Aumentos/(diminuições) nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções de contas a receber	94	(239)
(Aumentos)/Reduções de adiantamento de fornecedor	142	38
(Aumentos)/Reduções de créditos fiscais	(603)	(752)
(Aumentos)/Reduções de outros ativos	(73)	(10)
(Aumentos)/Reduções de contratos de mútuos	84	(84)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) de fornecedores	5.218	493
Aumentos/(Reduções) de adiantamentos de clientes	2.540	497
Aumentos/(Reduções) de obrigações sociais e trabalhistas	31	179
Aumentos/(Reduções) de obrigações fiscais e outros	32	254
Aumentos/(Reduções) de outros passivos	(172)	(27)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(3.482)	(8.740)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumentos/(Reduções) de imobilizado	(312)	(357)
Aumentos/(Reduções) de Intangível	(81)	(224)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos	(393)	(581)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumentos/Reduções de contratos de mútuos	686	3.117
Pagamentos dos arrendamentos	(84)	(64)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	4.214	6.270
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.816	9.323
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>941</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	944	3
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>941</u>	<u>2</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viva o Vale Concessionária SPE S.A. (“Sociedade” ou “Concessionária” ou “VIVA O VALE”), foi constituída em 02 de julho de 2021, sendo sua sede social estabelecida na Rua Libero Badaró, 377, 8º andar, sala 8, Centro em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por objeto social única e exclusivamente o propósito específico o exercício dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, firmado com o Município de São Paulo, decorrente da Concorrência Pública nº 007/SGM/2020. O prazo de duração da Sociedade está vinculado ao prazo do Contrato de Concessão ou a completa satisfação dos direitos e obrigações dele decorrentes, com vigência de 10 anos prevista para 31 de dezembro de 2031.

O Contrato de Concessão tem como objeto a concessão onerosa para requalificação, ativação sociocultural, zeladoria e exploração comercial de áreas situadas no Vale do Anhangabaú, as atividades operacionais tiveram início no dia 06 de dezembro de 2021

Na execução do contrato de concessão a Sociedade poderá, dentre outras atividades, realizar;

- a) Aluguel de imóveis próprios;
- b) Serviços de organização de feiras, congressos exposições e festas;
- c) Casas de festas e eventos;
- d) Gestão de espaços para artes cênicas espetáculos e outras atividades artísticas;
- e) Produção e promoção de eventos esportivos;
- f) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
- g) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários.

i) Plano de negócios

A vigência do contrato do Novo Anhangabaú iniciou-se em dezembro de 2021 (pós fase de transição), e o ano de 2022 marcou o primeiro ano de operação do VIVA O VALE. Desde então, a Sociedade assumiu as entregas de atividades de interesse coletivo e todo o serviço de limpeza, conservação, zeladoria e segurança da área de concessão.

Do ponto de vista financeiro com os aprendizados do último ano de operação, em 2023 foi possível manter os custos dentro da normalidade, houve também expressivo aumento nas receitas com eventos, porém ainda com desafios nas outras linhas geradoras de receita.

Dentre os fatores que vem contribuindo para essa baixa performance, também em 2023, destacamos: a postergação da inauguração das fontes de água (reduzindo a atratividade comercial do local) que era para acontecer em 2022, inauguradas em março de 2023; deficiências na infraestrutura local e de quiosques, com necessidades de adequações para torná-los comercializáveis; as instalações dos LEDs para exposição de marcas e patrocínios que ocorreu parcialmente, com a segunda fase em aprovação pela ENEL. Estes são os principais fatores que levaram a sociedade apresentar um patrimônio negativo no exercício de 2023, no entanto, diversas ações estão sendo tomadas para reversão do resultado, e algumas já surtiram efeito, como a instalação parcial dos LEDs, que resultou em duas grandes negociações de patrocínios com clientes como Heineken e Claro, e ainda, está em andamento um processo de aprimoramento no funcionamento das fontes com foco na redução de custos com energia e água.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade encontra-se com o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.539 (R\$ 656 em 2022) e patrimônio líquido negativo de R\$ 11.495 (R\$ 3.550 em 2022), bem como, apresentou prejuízo no exercício de R\$ 12.159 (R\$ 10.071 em 2022). Havendo a necessidade de capital de giro adicional, os acionistas realizarão aportes de capital para que a Sociedade honre com suas obrigações de curto prazo. Importante destacar que o saldo de mútuo registrado no passivo não circulante de R\$ 9.613 é com o sócio controlador e existem aportes registrados na rubrica de "aporte para futuro aumento de capital" no valor de R\$ 10.484.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 28 de março de 2024, considerando, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros quando estão mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

a.2) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considerou os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- **Ativos financeiros** - Mensuração subsequente e ganhos e perdas;
- **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado;
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "*impairment*". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "*impairment*" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado; e
- **Passivos financeiros** - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado.

b) Resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social da Sociedade, seguindo o regime da competência.

As receitas registradas pela sociedade estão atreladas a cessão de uso de espaço, serviços de apoio em eventos, licença de uso de marca, direito de exclusividade e outros

Cessão de uso de espaço, licença de uso de marca e direito de exclusividade: as receitas são reconhecidas conforme exploração do espaço na data contratada e utilizada pelo cliente.

Serviços de apoio ao evento: as receitas são reconhecidas mediante a contratação do serviço.

c) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variação monetária ativa e juros recebidos. As despesas abrangem despesas e provisões de juros passivos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

e) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui todos os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

Descrição	Taxa de depreciação anual
Instalações	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

g) Intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, o concessionário deve reconhecer o ativo intangível pelo custo, ou seja, o valor justo da contraprestação transferida para adquirir o ativo.

A Sociedade reconhece o efeito de amortização do ativo intangível decorrente do contrato de concessão limitado ao prazo de 10 anos.

Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2023: A Sociedade não identificou impactos nas informações contábeis intermediárias referente a novas normas ou alterações de normas adotadas no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2024, bem como, não identificou impactos relevantes decorrentes de futuros requerimentos.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

- **Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

- **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a *transações sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos

de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1	-
Aplicações financeiras	943	3
Saldo	944	3

(i) A taxa praticada sem penalidade foi de 100% do CDI.

5. Contas a receber

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Cessão de uso de espaço	63	160
Serviços de apoio	15	68
Locações comerciais	67	11
Total	145	239

Em 31 de dezembro de 2023, a sociedades possui um montante de R\$ 124 a receber da WTLive Entretenimento e Participações Ltda. (empresa do grupo WTorre Entretenimento), o saldo será líquido até abril de 2024.

6. Créditos fiscais

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Crédito PIS e Cofins a compensar	1.325	736
Outros créditos fiscais	30	16
Total	1.355	752

7. Contratos de mútuos

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão relacionados nos itens a seguir:

Ativo	Vencimento	2023	2022
Real Arenas Empreendimento S.A	2025	-	84
Total		-	84

Passivo	Vencimento	2023	2022
WTorre Entretenimento Participações Ltda.	2025	9.613	9.126
Real Arenas Empreendimento S.A	2025	200	-
Total		9.813	9.126

Os contratos de mútuos não incidiram encargos financeiros e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2025.

Os administradores da Sociedade são remunerados pela sócia WTorre Entretenimento Participações Ltda e pela empresa Real Arenas Empreendimentos S.A.

8. Imobilizado e intangível

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

a) Imobilizado

Descrição	2023				2022		
	Taxas anuais %	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10	145	(20)	125	91	(6)	85
Equipamentos de informática	20	92	(24)	68	47	(7)	40
Máquinas e equipamentos	10	41	(3)	38	20	(1)	19
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	405	(43)	363	214	(10)	204
Total		683	(90)	593	372	(24)	348

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Taxas anuais %	Imobilizado líquido		Depreciação	Imobilizado líquido
		31/12/2022	Adições		
Móveis e utensílios	10	85	54	(14)	125
Equipamentos de informática	20	40	45	(17)	68
Máquinas e equipamentos	10	19	21	(3)	37
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	204	192	(33)	363
Total		348	312	(67)	593

Imobilizado	Taxas anuais %	Imobilizado líquido		Depreciação	Imobilizado líquido
		31/12/2021	Adições		
Móveis e utensílios	10	8	83	(6)	85
Equipamentos de informática	20	-	47	(7)	40
Máquinas e equipamentos	10	7	13	(0)	20
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10	-	214	(10)	204
Total		15	357	(24)	348

- (i) O montante registrado refere-se às benfeitorias realizadas em propriedade de terceiros, relacionadas a concessão de espaço localizada no Vale do Anhangabaú-SP, com o objetivo de modernizar, reformar e adequar o espaço para exploração do espaço através de realização de eventos.

c) Intangível

Descrição	2023				2022		
	Taxas anuais %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível	10	6.725	(1.391)	5.334	6.725	(719)	6.006
Marcas e patentes		19	-	19	7	-	7
Direito de uso		282	(130)	152	213	(59)	154
Total		7.026	(1.521)	5.505	6.945	(778)	6.167

- (i) A amortização do ativo intangível oriundo do direito de concessão é reconhecida no resultado pelo prazo de concessão de 10 anos, a partir da data que o ativo se encontra disponíveis para uso, considerando que as atividades da concessionária tiveram início no dia 06 de dezembro de 2021. O item citado está associado ao contrato de concessão firmado com o Município de São Paulo, decorrente da Concorrência Pública nº 007/SGM/2020, que tem como objeto a concessão onerosa para requalificação, ativação sociocultural, zeladoria e exploração comercial de áreas situadas no Vale do Anhangabaú.
- (ii) Em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade efetivou o registro contábil de direito de uso do ativo no ativo não circulante e passivo de arrendamento, os quais referem-se aos contratos de aluguel do escritório administrativo, identificável, e na qual exercemos controle. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total foi atualizado em acordo as prorrogações de contrato celebradas no período. O registro inicial do direito de uso e do passivo não produziram efeitos na demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade.

Descrição	2023			
	Saldo inicial 31/12/2022	Adições	Amortização	Valor líquido 31/12/2023
Outorga	6006	-	(672)	5.334
Marcas e patentes	7	12	-	19
Direito de uso	154	69	(71)	152
Total	6.167	81	(743)	5.505

Descrição	2022			
	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Amortização	Valor líquido 31/12/2022
Outorga	6.464	217	(675)	6.006
Marcas e patentes		7	-	7
Direto uso	-	213	(59)	154
Total	6.464	437	(734)	6.167

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Duplicatas a pagar	5.884	666
Juros a pagar sobre fornecedores em aberto	282	13
Total	6.166	679

Fluxo de pagamento do contas a pagar

Vencidos

Até 30 dias	1.026	128
De 31 dias até 180 dias	3.226	101
De 181 dias até 360 dias	657	14
De acima de 360 dias	457	26

A vencer

Até 30 dias	800	410
Total	6.166	679

10. Obrigações trabalhistas e sociais

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2023	2022
Férias e encargos	124	116
INSS a recolher	32	30
IRF funcionários	20	21
Outros	35	12
Total	210	179

11. Obrigações fiscais

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2023	2022
Impostos sobre vendas	71	64
Impostos retidos de terceiros	215	190
Total	286	254

12. Adiantamentos de clientes

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos de clientes	3.037	497
Total	3.037	497

O montante está atrelado aos contratos de cessão de uso de espaço e direito de exclusividade, sendo os principais valores referente aos contratos fechados em 2023 com a Heineken pelo período 36 meses e com a Ingresse pelo período de 24 meses

13. Arrendamentos

Os saldos de arrendamentos a pagar estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	167	-
Adição	-	213
Juros	16	18
Pagamentos	(84)	(64)
Saldo final	99	167
Circulante	78	41
Não Circulante	21	126

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos	31/12/2023
Menos que 1 ano	78
01-04 anos	21
Saldo final	99

O direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento previstos no contrato. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Sociedade, equivalente à taxa que a Sociedade pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares.

O montante do direito de uso atrelado ao arrendamento está devidamente registrado no Ativo, sendo evidenciado na nota explicativa nº 8 – “Imobilizado e Intangível”.

14. Outros passivos

Os saldos de outros passivos a pagar estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Contas a pagar - outorga (i)	169	218
Outros passivos	283	125
Total	452	343
Circulante	307	172
Não Circulante	145	171

- (i) O principal saldo está relacionado a obrigação contratual que a concessionária Viva o Vale tem que pagar ao poder concedente Prefeitura SP a título de uso da área de concessão, que está relacionado ao contrato de mecanismo de pagamento de Outorga.

15. Provisão para demandas judiciais

A Sociedade possui contingência fiscal registrada no montante de R\$ 75, classificadas como contingência provável, esta contingência não possui demanda judicial, sendo oriunda de transações com incidência de IOF (partes relacionadas).

Descrição	2023	2022
Contingência tributária	75	70
Total	75	70

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Sociedade foi constituída em 02 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado pelo montante de R\$ 1.000 dividido em 1.000.000 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional:

Sócios	Participação	Quantidade de ações - 2023
WTorre Entretenimento Participações Ltda.	70%	700
Urbancom Consultoria e Participações Ltda.	22,5%	225
B International Real Estate Ltda.	6%	60
Nacional Shopping Planejamento Ltda.	1,5%	15
Total	100%	1.000

b) Adiantamento futuro aumento de capital

A Sociedade recebeu aportes da sócia Wtorre Entretenimento Participações Ltda., o montante acumulado até o exercício 2023 está representado pelo valor de R\$ 10.484 (dez milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil). para fins de comparação o montante até o exercício 2022 era de R\$ 6.270 (dois milhões e duzentos e setenta mil). O montante será integralizado na próxima alteração contrato social que o registro em JUCESP está previsto para o 1º semestre 2024.

17. Receitas

As receitas estão representadas por:

Descrição	2023	2022
Cessão de uso de espaço	5.832	3.171
Serviços de apoio em eventos e outros	1.022	869
Demais receitas com entretenimento	853	-
Receita bruta	7.707	4.040
Impostos sobre receita	(761)	(417)
Receita líquida	6.946	3.623

18. Custos

Os custos estão representados por:

Descrição	2023	2022
Serviços de terceiros	(8.758)	(8.071)
Locações de máquinas e equipamentos	(1.460)	(1.258)
Serviços de produção e apresentação artística	(1.700)	(1.144)
Depreciação e amortização	(736)	(695)
Custos com pessoal	(1.224)	(325)
Energia elétrica, água e contas de consumo	(1.462)	(343)
Outros	(161)	(185)
Total	(15.501)	(12.021)

19. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão representadas por:

Descrição	2023	2022
Gastos com pessoal	(265)	(36)
Serviços de terceiros	(875)	(417)
Outros tributos e taxas	(116)	-
Outros	(70)	(57)
Total	(1.326)	(510)

20. Despesas comerciais

As despesas comerciais estão representadas por:

Descrição	2023	2022
Gastos com pessoal	(691)	(187)
Propaganda e publicidade	(458)	(615)
Outros	(413)	(33)
Total	(1.562)	(835)

21. Gerenciamento de riscos

a) Gerenciamento de risco financeiro

A administração da Sociedade adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

i. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, e custos de construção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas, a Sociedade possui operações em Real (R\$) indexada à Taxa de Juros - Selic.

ii. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com suas contrapartes nos negócios realizados, que as levem a não honrar os compromissos assumidos com a Sociedade. A fim de mitigar este tipo de risco a Sociedade realiza operações preponderantemente com: **(i)** Sociedades de grande porte.

iii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Sociedade, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração, que desenvolve padrões para administrar os riscos.

22. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Sociedade não possui operações com instrumentos financeiros, não refletidas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023, assim como não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial reflete, conforme avaliação da administração, a melhor estimativa de valor de mercado pois cada instrumento contém variáveis de juros, riscos de mercado e de crédito, que na inexistência de um mercado ativo, não permitem que estes valores sejam recompostos com premissas diferentes daquelas em que as operações foram originalmente pactuadas.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

Segue abaixo o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referente 31 de dezembro de 2023.

Descrição	2023		
	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Total
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	944	-	944
Contas a receber	145	-	145
Créditos fiscais	1.355	-	1.355
Outros ativos	96	-	96
Total do ativo	2.539	-	2.539
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	6.166	6.166
Adiantamentos de clientes	-	3.037	3.037
Obrigações sociais e trabalhistas	-	210	210
Obrigações fiscais	-	286	286
Contratos de mútuos	-	9.813	9.813
Outros passivos	-	452	452
Total do passivo	-	19.964	19.964

23. Seguros (não auditado)

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Modalidade	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	5100003143	2022/2023	57.747,48
Responsabilidade Civil	5100003717	2023/2024	73.392,35
Risco Operacional	1800951166	2023/2024	10.940,11
Seguro Garantia	7500023949	2023/2024	48.098,32

24. Eventos subsequentes

a) Adiantamento de cliente

Em 15 de janeiro de 2024 foi recebido o montante de R\$ 320 (trezentos e vinte mil) do cliente Talent Marcel Comunicação e Planejamento Ltda. a título de adiantamento atrelado ao contrato de patrocínio e outras avenças "Sons do Vale", cujo vigência se dará de 25/01/2024 a 24/01/2025. O montante do contrato é de R\$ 2.800 (dois milhões e oitocentos mil), sendo que este valor será apropriado no resultado pro-rata conforme vigência contratual.

Claudio Vinicius Coutinho Macedo
Diretor

Carolina Teixeira de Freitas
Contadora
CRC 1SP257.066/O-1